

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A INVESTIGAR A ATUAÇÃO DA FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO (FUNAI) E DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA (INCRA) NA DEMARCAÇÃO DE TERRAS INDÍGENAS E DE REMANESCENTES DE QUILOMBOS – CPI FUNAI e INCRA 2

REQUERIMENTO Nº DE 2016

(Do Sr. Dep. Nilto Tatto)

Requer seja submetido à deliberação do Plenário desta Comissão Parlamentar de Inquérito o pedido ora formulado de CONVOCAÇÃO do Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, para explicar as declarações emanadas sobre a situação das terras indígenas e o que pretende realizar sobre o tema, enquanto estiver à frente da pasta.

Senhor Presidente,

Requeremos a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, § 3º da Constituição Federal, e na forma prevista pelo art. 36, inciso II, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados e que ouvido o plenário desta Comissão seja CONVOCADO o Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, para explicar as declarações emanadas sobre a situação das terras indígenas e o que pretende realizar sobre o tema, enquanto estiver à frente da pasta.

JUSTIFICATIVA

O atual Ministro da Justiça, Osmar Serraglio, é deputado federal e quando exercia seu mandato, era membro da CPI Funai Incra.

Na CPI todas as suas iniciativas se somavam aos interesses dos latifundiários e proprietários de terra, que estão em disputa ou questionam as demarcações indígenas. Este Ministro não tem a parcialidade necessária para exercer este cargo.

Após ser empossado no cargo de Ministro, tem emanado opiniões contrárias aos interesses dos indígenas, criticando a demarcação das terras e recebendo em seu gabinete, representantes de grupos que estão disputando e questionando as áreas indígenas já demarcadas.

Ou seja, este Ministro deve comparecer a esta CPI para debater sobre suas opiniões sobre o tema que esta CPI procura analisar. Além do mais, o Ministro vem afirmando que “terra não enche barriga”, portanto, índios não precisam de terra, precisam de cestas básicas. Uma visão absolutamente retrograda e com viés inequívoco em defesa dos interesses ruralistas.

Abaixo, seguem algumas matérias veiculadas na imprensa sobre estas situações.

Temer coloca deputado anti-indígena no Ministério da Justiça

O governo confirmou a nomeação do deputado federal Osmar Serraglio (PMDB-PR) para o Ministério da Justiça, em substituição a Alexandre Moraes, que teve aprovada pelo Senado sua indicação como novo ministro do Supremo Tribunal Federal (STF). A indicação de Serraglio partiu de uma facção da bancada do PMDB na Câmara que estava insatisfeita com a extensão da sua inserção fisiológica no governo.

Com a recusa de Carlos Veloso, ex-ministro do STF, em substituir Moraes, Temer abdicou de uma opção técnica e ampliou ainda mais a presença de parlamentares no governo. Uma vez indicado, Serraglio repetiu o mantra: “A Lava-Jato é intocável”. Porém, enquanto deputado, defendeu a criminalização de juízes e promotores por abuso de autoridade e o fim do sigilo sobre o conteúdo das delações premiadas, o que poderia prejudicar o aprofundamento das investigações em curso. Serraglio também defendeu a anistia a Eduardo Cunha e tentou articular manobras para evitar a cassação do ex-presidente da Câmara.

Ainda mais graves são as posições do novo ministro da Justiça contrárias aos direitos constitucionais de índios, quilombolas e outras minorias. Ele faz parte da tropa de choque da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA), a famigerada bancada ruralista. O grupo divulgou nas redes sociais seu apoio à indicação de Serraglio ao ministério.

As ligações do parlamentar com grandes empresas do setor agropecuário são notórias. Na campanha eleitoral de 2014, o parlamentar declarou ter arrecadado R\$ 1,4 milhão. Deste total, mais de 30% vieram de empresas do setor, entre elas fabricantes de agrotóxicos. O frigorífico JBS doou R\$ 200 mil ao deputado e a exportadora de açúcar e etanol Coopersucar, R\$ 100 mil. Segundo o site “De Olho nos Ruralistas”, em 2014, o parlamentar declarou um patrimônio de R\$ 5,4 milhões, enquanto que, em 1997, ele dizia ser detentor de R\$ 704 mil.

O deputado elaborou parecer favorável à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215, que pretende transferir do Executivo para o Legislativo a atribuição de dar a última palavra sobre a demarcação das Terras Indígenas, além de afetar negativamente várias outras disposições constitucionais que garantem direitos aos índios. Se aprovado, o projeto vai paralisar definitivamente as demarcações. Ou seja, com a nomeação de Serraglio, a raposa tomará conta do galinheiro.

Não se sabe ainda se essa nomeação significa que o atual governo pretende abdicar da sua responsabilidade constitucional de demarcar as Terras Indígenas. Caso essa possibilidade se confirme, representaria uma postura inédita de omissão da administração federal, sem precedente histórico e sujeita a contestação no STF.

Com isso, completa-se o loteamento das funções públicas mais relevantes para a política indigenista: a Fundação Nacional do Índio (Funai) foi entregue ao PSC, enquanto a Secretaria Especial de Saúde Indígena (Sesai), com um orçamento de R\$ 1,6 bilhão, também vai para o PMDB.

<http://racismoambiental.net.br/2017/03/14/ruralista-pede-prorrogacao-da-cpi-funai-incra-e-interfere-em-demarcacao-de-quilombo/>

Ruralista pede prorrogação da CPI Funai/Incra e interfere em demarcação de quilombo

14 de março de 2017 Destaque, Racismo Ambiental Combate Racismo Ambiental

Por Renato Santana, Cimi

Com o prazo regimental se encerrando no próximo dia 27, o deputado ruralista Alceu Moreira (PMDB/RS) protocolou requerimento na Mesa Diretora da Câmara Federal solicitando a prorrogação – por 60

dias – dos trabalhos da CPI da Funai/Incra 2. “Todos os esforços deste Presidente, Deputado Alceu Moreira, (...) não se revelaram suficientes para o cumprimento das metas pretendidas”, justifica o parlamentar ao presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM/RJ).

Pouco satisfeito com o campo raso da CPI, o parlamentar ruralista tenta barrar a demarcação do quilombo Morro Alto, entre os municípios de Osório e Maquiné, no Rio Grande do Sul. O presidente do Incra, Leonardo Góes, abriu Sindicância Interna para investigar o processo de regularização fundiária do quilombo após denúncia de Moreira sobre supostas ilegalidades ocorridas. A demarcação envolve terras de interesse do parlamentar. Conforme fontes ligadas ao órgão, fato desse tipo é inédito no Incra.

“O mais estarrecedor nesse caso é o fato de a Presidência do Incra abrir uma sindicância baseada em denúncias infundadas e sem provas, que já foram amplamente respondidas nos autos do processo e no âmbito da CPI Funai/Incra. Desta forma, foi desconsiderado todo o processo de análise das contestações relacionadas ao procedimento de regularização fundiária do território quilombola de Morro Alto”, diz trecho da nota da Confederação Nacional das Associações dos Servidores do Incra.

A primeira versão desta CPI foi concluída por força regimental, depois de oito meses de ‘investigações’, sem ao menos um relatório final. Chegou a ser prorrogada por três vezes. O presidente também foi Alceu Moreira; o relator é o mesmo da atual, o ruralista Nilson Leitão (PSDB/MT). Em agosto do ano passado, Rodrigo Maia deu autorização para a criação da CPI que corre: são 15 meses somados entre a primeira e a segunda, com dois posicionamentos do Supremo Tribunal Federal (STF).

Instada a se pronunciar sobre a quebra dos sigilos fiscais e bancários de entidades indigenistas (ABA, Cimi, CTI e ISA), a Corte Suprema proibiu a CPI de fazê-lo; tanto na primeira como na atual CPI, em primeiro requerimento de quebra aprovado envolvendo o Centro de Trabalho Indigenista (CTI). Como a Comissão foi instaurada para investigar demarcações da Funai e Incra, as entidades não são objetos de investigação dos parlamentares – tampouco para terem dados sigilosos expostos.

Para a sessão da CPI desta terça-feira, 14, uma nota da Frente Parlamentar Agropecuária (FPA) anunciou que a Associação Brasileira de Antropologia (ABA), o Conselho Indigenista Missionário (Cimi) e o Instituto Socioambiental (ISA) são os próximos alvos dos ruralistas. O presidente da FPA, não por coincidência relator da CPI, Nilson Leitão, comunicou que os requerimentos para as quebras de sigilos fiscais e bancários das entidades serão colocados em votação.

Na última sessão os ruralistas não conseguiram atingir quórum necessário para seguir adiante com os ataques. Pouco mais de uma semana depois, um dos integrantes da CPI – o deputado ruralista afastado Osmar Serraglio (PMDB/SC) – foi nomeado como ministro da Justiça. Dias atrás, em entrevista ao jornal Folha de S. Paulo, o agora ministro declarou que os indígenas “devem esquecer” as demarcações porque “terra não enche a barriga de ninguém”.

As declarações geraram reações, incluindo a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e entidades na alça de mira dos ruralistas, caso do Cimi e ISA. Como retaliação ao rechaço às palavras do ministro, a FPA publicou a nota informando que nesta terça haveria sessão e nela os requerimentos seriam votados para que os ruralistas tenham acesso às contabilizações fiscais e bancárias de ABA, Cimi e ISA – enfrentando assim duas decisões contrárias do STF.

<http://amazonia.org.br/2017/03/acusado-de-roubar-terras-indigenas-ministro-da-justica-critica-indios-no-brasil/>

Acusado de roubar terras indígenas, ministro da justiça critica índios no Brasil

12 de março de 2017

No posto há apenas três dias, o novo ministro da justiça, Osmar Serraglio, já mostrou que não terá boa vontade com os conflitos de terras envolvendo a comunidade indígena em áreas de possível demarcação no território brasileiro.

Para o ministro já é hora dos índios pararem de discutir por demarcações de terras federais e se contentarem em receber os apoios e ações do governo federal na melhoria da qualidade de vida de seu povo.

O ministro ainda complementou seu pronunciamento afirmando que terra não enche barriga de índio. "O que acho é que vamos lá ver onde estão os indígenas, vamos dar boas condições de vida para eles, vamos parar com essa discussão sobre terras. Terra enche a barriga de alguém?", disse Osmar Serraglio em entrevista a um jornal de São Paulo.

Osmar Serraglio responde a uma denúncia feita pelo Ministério Público Federal de que participaria em conluio de outros deputados de um esquema de invasão de terras indígenas e arrecadação de caixa para pagar propina nas alterações das leis envolvendo esse tema.

Na cadeira de deputado federal, Osmar Serraglio já havia tecido críticas ao povo indígena, ligado à bancada ruralista, o atual ministro chegou a dizer que os índios deviam prestar respeito aos produtores do país ao invés de lutarem pela preservação de suas terras nativas.

Aliado de primeira hora do ex-deputado preso Eduardo Cunha (PMDB), Serraglio virou manchete nacional após liderar a abertura do impeachment de Dilma Rousseff (PT) e defender Cunha com unhas e dentes.

Aluno do presidente Michel Temer no período em que fez mestrado de direito, Osmar terá um grande desafio à frente da pasta uma vez que seu grupo político está cercado de denúncias de envolvimento em atos de corrupção.

https://www.noticiasagricolas.com.br/noticias/politica-economia/188199-na-folha-ministro-da-justica-osmar-serraglio-critica-indios-e-diz-que-terra-nao-enche-barriga.html#.WM_siTvyuUk

Na FOLHA: Ministro da Justiça Osmar Serraglio critica índios e diz que 'terra não enche barriga'

Publicado em 10/03/2017 04:51

Ligado ao agronegócio, o novo ministro da Justiça, Osmar Serraglio, disse que os envolvidos em conflitos no campo deveriam parar com a discussão sobre terras, que segundo ele "não enchem barriga de ninguém". Para o peemedebista, que assumiu o cargo na terça (7), o que importa aos indígenas é ter "boas condições de vida".

"O que acho é que vamos lá ver onde estão os indígenas, vamos dar boas condições de vida para eles, vamos parar com essa discussão sobre terras. Terra enche a barriga de alguém?", disse o ministro em entrevista à Folha.

Serraglio insinuou que ONGs do setor estão desviando dinheiro público. "Ouço muito essas ONGs levando dinheiro, inclusive dinheiro oficial na saúde. A saúde do indígena. Eu vejo, você vê, os indígenas são tratados quase como uns animais".

Questionado se estava se referindo a desvios, Serraglio disse que a CPI da Funai, em andamento na Câmara e dominada por ruralistas, vai "surpreender".

O ministro afirmou que não escolherá nenhum lado na batalha entre ruralistas e índios e fala em pacificar a crise no campo usando a Constituição. Ele defende interpretações da Carta de 1988 e decisões posteriores do STF mais benéficas aos ruralistas.

Cerca de 30% das doações de campanha de Serraglio em 2014 foram de empresas ligadas ao campo. Ele foi relator da PEC 215, uma proposta de emenda à Constituição que altera o sistema de demarcação de terras indígenas.

Na manhã seguinte em que tomou posse como ministro da Justiça, o peemedebista recebeu em seu gabinete a primeira visita de colegas deputados, da Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA).

"É evidente que ele não vai escolher lado porque ele só tem um lado, o do agronegócio. Ele sempre foi um deputado atuante da bancada ruralista. Para o índio, a terra é um elemento central, ela não só enche a barriga mas enche também o sentido da vida para os indígenas", disse o secretário-executivo do Cimi (Conselho Indigenista Missionário), Cleber César Buzatto.

Para ele, a tese de Serraglio sobre a Constituição é uma estratégia dos ruralistas para inviabilizar as demarcações de terras indígenas.

"Os índios não estão preocupados em encher a barriga, estão preocupados em ter suas terras demarcadas e respeitadas", afirmou o ex-presidente da Funai e sócio-fundador do Instituto Socioambiental (ISA), Marcio Santilli.

Em novembro do ano passado, em uma decisão incomum, a Casa Civil da Presidência da República mandou devolver à Funai 13 processos de demarcação de terras indígenas que aguardavam homologação presidencial, como revelou a Folha.

Os processos aguardavam assinatura ou do presidente Michel Temer ou do então ministro da Justiça, Alexandre de Moraes. Eles se referem a 1,5 milhão de hectares em 11 Estados reivindicados por índios de 17 diferentes etnias. A maioria foi aberta entre os anos de 2004 e 2014.

O Ministério da Justiça também devolveu à Funai outros seis processos em fase de identificação, uma etapa anterior à homologação.

Portanto, para que os trabalhos desta CPI possam tentar demonstrar alguma intenção de debater e qualificar a temática agrária e fundiária no Brasil, é preciso que este Ministro esteja na Comissão debatendo seus pontos de vista e suas opiniões sobre o tema.

Contamos com a aprovação deste requerimento pelos nobres pares.

Sala das Comissões, em 21 março de 2017.

Deputado Nilto Tatto

PT/SP